



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO Nº 432/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Resposta ao Requerimento de Informação - RIC nº 1020/2023.

Referência: Ofício 1^aSec/RI/E/nº 164, de 12 de junho de 2023.

Senhor Primeiro-Secretário,

Em resposta ao Ofício 1^aSec/RI/E/nº 164, de 12 de junho de 2023 (4336043), que enviou o Requerimento de Informação - RIC nº 1020/2023 (4242956), por meio do qual são solicitadas à Casa Civil informações sobre a viagem do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e sua comitiva para a Europa, encaminho a Nota SAJ nº 137/SAIP/SAJ/CC/PR (4406470), da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Pasta.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 14/07/2023, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4417346** e o código CRC **84779A8D** no site:

[https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00046.000955/2023-35

SUPER nº 4417346

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Nota SAJ nº 137 / 2023 / SAIP/SAJ/CC/PR

Interessado: Deputado Federal Gustavo Gayer (PL/GO)

Referência: Requerimento de Informação nº 1020/2023

Anexo: Despacho SA/SE/CC/PR (4349671)

Assunto: Viagem do Presidente da República e comitiva para a Europa

Processo : 00046.000955/2023-35

Senhor Secretário Especial,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se do Requerimento de Informação RIC N. 1020/2023, da Câmara dos Deputados, de autoria do sr. Deputado Federal Gustavo Gayer, no qual "Requer informações ao Sr. Ministro da Casa Civil sobre os gastos da viagem do Presidente da República e sua comitiva para a Europa.", conforme segue:

"Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Casa Civil o acesso à informação sobre dados referentes à viagem do Presidente da República e sua comitiva para Europa.

Com base em informativos veiculados pela imprensa internacional, pede-se que encaminhe a esta casa as seguintes informações:

"1- Quantas pessoas fazem parte da comitiva do presidente? Quais os objetivos de cada Ministro, Senador e Deputado que integra a comitiva?

2- Quais os custos de hospedagem e alimentação do Presidente e de sua comitiva?

3- Quais os valores gastos com os carros utilizados pela comitiva e pelo Presidente da República?

4- Quais as agendas de cada um dos integrantes da comitiva?

5- Quais os acordos foram realizados com o Brasil e quais os objetos de cada acordo?"

2. Em análise preliminar, manifestou-se a Secretaria Adjunta de Atos Internacionais e Informações processuais, conforme segue:

[...]

"3. Feito o breve relatório, não se olvida que, de acordo com a Constituição Federal, compete aos Ministros de Estado exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência (art. 87, parágrafo único, inciso I). Os Ministros de Estado, ademais, podem ser convocados, pelas Comissões do Congresso Nacional, para *prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições* (art. 58, §2º, inciso III).

4. No mesmo sentido, o art. 50, §2º, destaca que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações aos Ministros de Estado. De fato, os Ministros de Estado, por integrarem o Poder Executivo, estão sujeitos à fiscalização e controle do Parlamento.

5. Dito isso e considerando a natureza e o objeto do requerimento, sugere-se que a Subsecretaria de Governança Pública da Secretaria Executiva consulte, sobre o requerido, sem prejuízo de outros encaminhamentos que entender necessários, a **Secretaria de Administração**, bem como o **Gabinete Pessoal do Presidente da República**, quanto a esse observando-se o disposto no Decreto nº 11.400, de 21 de janeiro de 2023."

3. Em atenção ao solicitado, foi realizado o envio do presente processo à Secretaria de Administração e ao Gabinete Pessoal do Presidente da República, em conformidade, respectivamente, com o disposto no Decreto 11.329/2023 e Decreto 11.400/2023.

4. Em resposta, a Secretaria de Administração se manifestou por meio do Despacho SA/SE/CC/PR:

"Em resposta ao OFÍCIO Nº 142/2023/CGT/SSGP/SE/CC/PR (4336044) e ao Despacho SAJ (4261970), que faz referência ao Requerimento de Informação - RIC nº 1020/2023 (4242956), no qual são solicitadas à Casa Civil informações sobre os gastos da viagem do Presidente da República e sua comitiva para a Europa, informo que as despesas com serviços de apoio de solo, de comissaria aérea, de telefonia no país destino, de seguro viagem internacional, além de eventual despesa com passagens aéreas para os servidores da Presidência da República, são de responsabilidade desta Secretaria de Administração, conforme esclarece o Despacho DIROF (4342173).

Por oportuno, ressalto que, em conformidade ao estabelecido no art. 3º do Decreto nº 940, de 27 de setembro de 1993, as despesas com viagens presidenciais ao exterior são de responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores - MRE."

5. Referente a custos e execução dos mesmos, quanto a viagens presidenciais internacionais, cumpre esclarecer quanto às respectivas competências: desta Casa Civil, disposta no art. 14, I, f, do Decreto nº 11.329/23, e do Ministério das Relações Exteriores, prevista no art. 50, II, f, do Decreto nº 11.357/23.

6. Nesse sentido, cabe à Presidência da República competência referente a custos com serviços de apoio de solo, de comissaria aérea, de telefonia no país destino, de seguro viagem internacional, além de eventual despesa com passagens aéreas para os servidores da Presidência da República.

7. Quanto aos integrantes da comitiva, informou o Gabinete Pessoal do Presidente da República que, nos termos do art. 12, da Portaria Interministerial SG-PR/GSI-PR/GPPR-PR nº 2, de 14 de outubro de 2022, a Comitiva Presidencial é composta pela Comitiva Oficial, Comitiva Técnica e Comitiva de Apoio, sendo que:

"A Comitiva Oficial, nas viagens internacionais, é regida pelo Decreto-Lei 1.565, de 05 de setembro de 1939, o qual foi regulamentado pelo Decreto nº 44.721, de 21 de outubro de 1958. Como se extrai das mencionadas normas, os convidados para a Comitiva Oficial são nomeados por decreto do Presidente da República, referendado pelo Ministro das Relações Exteriores (art. 2º, do Decreto-Lei nº 1.565/39)."

8. Quanto à comitiva oficial:

"Compete ao Gabinete Pessoal do Presidente da República, através dos convites elaborados pelo Cerimonial da Presidência da República, a definição da Comitiva Oficial (art. 13, da Portaria

Interministerial SG-PR/GSI-PR/GPPR-PR nº 2, de 14 de outubro de 2022). É importante ressaltar que a Comitiva Oficial acompanha visitas oficiais no país estrangeiro, não se confundindo com a participação de delegações brasileiras em Congressos, Conferências ou assemelhados.

[...]

A Comitiva Oficial, nas viagens internacionais, é regida pelo Decreto-Lei 1.565, de 05 de setembro de 1939, o qual foi regulamentado pelo Decreto nº 44.721, de 21 de outubro de 1958. Como se extrai das mencionadas normas, os convidados para a Comitiva Oficial são nomeados por decreto do Presidente da República, referendado pelo Ministro das Relações Exteriores (art. 2º, do Decreto-Lei nº 1.565/39).

[...]

- Decretos de 10 de maio de 2023: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/decretos-de-10-de-maio-de-2023-482400736>>

Designação da comitiva que acompanhou em visita oficial às cidades de Lisboa e Porto, Portugal (21 a 15/04/2023), de Madrid, Espanha (25 a 26/04/2023) e Londres, Reino Unido (05 a 06/05/2023);"

9. Quanto à Comitiva Técnica e de Apoio:

"(...) previstas nos art. 14 e 15, da Portaria Interministerial SG-PR/GSI-PR/GPPR-PR nº 2, de 14 de outubro de 2022, importa salientar que o Gabinete de Segurança Institucional realiza a classificação das informações no grau RESERVADO, vez que a divulgação dos nomes dos agentes de segurança e pessoal de apoio pode vir a colocar em risco a segurança do Presidente da República, Vice-Presidente da República, ou de seus respectivos familiares (art. 24, §2º, da Lei nº 12.527/11)."'

10. Nesse sentido, ainda, informa, quanto à **agenda de autoridades, como Ministro, Senador e Deputado que, porventura, integre a comitiva presidencial:**

"7. Com referência às agendas das demais Autoridades que acompanham o Sr. Presidente da República, compete ao Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores a organização dos eventos oficiais realizados no exterior (art. 15, I, do Decreto nº 11.357/23). Assim, tal informação deve ser solicitada àquele Ministério, tendo em vista que não há essa informação consolidada na Presidência da República. Ademais, outras Autoridades Públicas brasileiras podem realizar agendas do interesse de suas pastas, sendo estes compromissos organizados pelo órgão a que pertencem."

11. Quanto às atividades realizadas em viagem internacional, cumpre ressaltar que as agendas do Sr. Presidente da República são públicas e estão disponíveis, diariamente, através do link: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/agenda-do-presidente-da-republica-lula/>>. Todas as atividades oficiais realizadas estão discriminadas no portal do Governo Federal que explicita os compromissos do Presidente da República, sejam eles nacionais ou internacionais

12. Quanto à Motivação da realização de viagens/atividades ou acerca dos convidados para compor a Comitiva Oficial, ressalta que:

"(...) observa-se que não é cabível em Requerimento de Informações pedidos de "*providências a tomar, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre os propósitos da autoridade a que se dirige*" (art. 116, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados). Portanto, incabíveis de serem respondidos os quesitos que requerem tais informações."

13. Referente à assinatura de atos ou acordos internacionais, trata-se de tema afeto às prerrogativas do Ministério das Relações Exteriores, conforme dispõe o Decreto nº 11.357/23, Anexo I, art. 1º, IV:

"Art. 1º O Ministério das Relações Exteriores, órgão da administração pública federal direta, tem como áreas de competência os seguintes assuntos:

[...]

IV - coordenação da participação do Governo brasileiro em negociações políticas, comerciais, econômicas, financeiras, técnicas e culturais com Estados estrangeiros e com organizações

internacionais, em articulação com os demais órgãos competentes;"

14. Por fim, quanto à realização de viagens internacionais pelo Presidente da República, no exercício de suas funções, conforme constitucionalmente estabelecido, bem ressalta o Gabinete Adjunto de Gestão Interna, do Gabinete Pessoal do Presidente da República:

"De todo modo, as viagens e compromissos internacionais se guiam pelo papel constitucional do Presidente da República, a quem compete privativamente a manutenção de relações com Estados estrangeiros e a celebração de tratados, convenções e demais atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional (art. 84, VII e VIII, da CF). Ainda, os convites para compor sua Comitiva Oficial estão relacionados com os compromissos que serão realizados nas viagens conforme disposto na agenda oficial, o que pode ensejar a participação de lideranças políticas, assim como de representantes empresariais ou trabalhistas. Ademais, há agendas relacionadas a programas e ações em curso ou em gestação nos Ministérios, cujos titulares comparecem e se fazem acompanhar, nesses compromissos, daqueles parceiros privados (empresários, trabalhadores, lideranças da sociedade civil etc.) desses programas e ações. Tais decisões são de natureza política e estão submetidas à avaliação de viabilidade, conveniência e oportunidade pela Presidência da República.

15. Após manifestações, retornou a esta SAJ, para análise conclusiva e encaminhamento.

II - ANÁLISE JURÍDICA

16. De acordo com a Constituição Federal, em seu art. 87, parágrafo único, inciso I, compete aos Ministros de Estado exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência.

17. Ainda, dispõe o art. 58, §2º, inciso III, que:

Constituição Federal

"Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

[...]

§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

[...]

III - convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;"

18. No mesmo sentido, o art. 50, §2º, destaca que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações aos Ministros de Estado:

Constituição Federal

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

(...)

§ 2º - As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

19. A fim de regulamentar o instituto em questão, os artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ao tratar do Requerimento de Informação a Ministro de Estado, estabelecem que:

Regimento Interno da Câmara dos Deputados

Art. 115. Serão escritos e despachados no prazo de cinco sessões, pelo Presidente, ouvida a Mesa, e publicados com a respectiva decisão no Diário da Câmara dos Deputados, os requerimentos que solicitem:

I - informação a Ministro de Estado;

[...]

Art. 116. Os pedidos escritos de informação a Ministro de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas, serão encaminhados pelo Primeiro-Secretário da Câmara, observadas as seguintes regras:

[...]

II - os requerimentos de informação **somente poderão referir-se a ato ou fato, na área de competência do Ministério**, incluídos os órgãos ou entidades da administração pública indireta sob sua supervisão:

a) relacionado com matéria legislativa em trâmite, ou qualquer assunto submetido à apreciação do Congresso Nacional, de suas Casas ou Comissões;

b) sujeito à fiscalização e ao controle do Congresso Nacional, de suas Casas ou Comissões;

c) pertinente às atribuições do Congresso Nacional;

III - não cabem, em requerimento de informação, providências a tomar, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósitos da autoridade a que se dirige;

(grifo nosso)"

20. Disso infere-se que os Ministros de Estado, por integrarem o Poder Executivo, sujeitam-se à fiscalização e controle do Parlamento.

21. Por oportuno, ressaltamos que, em conformidade com o disposto no artigo 116, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, não cabem, via requerimento de Informação, questionamentos referentes a providências a tomar, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósitos da autoridade a que se dirige.

22. Quanto à Competência desta Casa Civil, referente ao caso em tela, foram analisados os normativos: Decreto nº 11.329/23, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Relações Exteriores e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; e Decreto 11.400/2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Gabinete Pessoal do Presidente da República e da Assessoria Especial do Presidente da República e remaneja e transforma cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.

23. Quanto às comitivas presidenciais, temos a Portaria Interministerial SG-PR/GSI-PR/GPPR-PR nº 2, de 14 de outubro de 2022, Decreto-Lei 1.565, de 05 de setembro de 1939, Decreto nº 44.721, de 21 de outubro de 1958, além da Lei nº 12.527/11, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras prNesse sentido, Fovidências.

III - CONCLUSÃO

24. Feita a análise do Requerimento de informação RIC nº 1020/2023, pela Secretaria de Administração e Gabinete Pessoal do Presidente da República, em conformidade, respectivamente, com

o disposto no Decreto 11.329/2023 e Decreto 11.400/2023, entende esta Secretaria Adjunta de Atos Internacionais e Informações Processuais pela conformidade das informações apresentadas.

25. Ademais, conforme disposto no artigo 116, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ressalta-se o não cabimento, via requerimento de informação, de questionamentos sobre providências a tomar, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósitos da autoridade a que se dirige.

26. Nesse sentido, restitui-se o presente, sugerindo encaminhamento desta Nota SAJ e Despacho SA/SE/CC/PR (4349671), ao i. parlamentar, em atenção ao RIC 1020/2023.

Brasília, 11 de julho de 2023.

À consideração superior.

CLARA MATOS LEMOS

Coordenadora-Geral de Atos Internacionais e Informações Processuais

De acordo.

SILTON BATISTA LIMA BEZERRA

Secretário Adjunto

Secretaria Adjunta de Atos Internacionais e Informações Processuais

Aprovo. Encaminhe-se conforme proposto.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA

Secretário Especial Adjunto

Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos

Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Silton Batista Lima Bezerra, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 11/07/2023, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clara Matos Lemos, Coordenador(a)-Geral**, em 11/07/2023, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 11/07/2023, às 20:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4406470** e o código CRC **A0BFED28** no site:

[https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 00046.000955/2023-35

SUPER nº 4406470